

A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DA CONSCIÊNCIA ANIMAL

Max Rogério Vicentini

Programa de Pós graduação da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Recebido em: 21/05/2002

Aceito em: 18/09/2002

RESUMO: Analisa-se aqui a crença básica de que animais, assim como os homens, são capazes de sustentar estados de consciência. Ao abordarmos este espinhoso assunto não se pode deixar de perguntar sobre a existência de critérios para a aferição de tais estados aos animais. A investigação de quais seriam esses critérios e quais suas bases de justificação constitui o escopo do presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE: consciência animal, autoconsciência, qualia.

ABOUT THE POSSIBILITY OF THE ANIMAL CONSCIENCE

ABSTRACT: The basic believe that animals, as well men, are capable of sustain consciousness states is analysed here. In order to approach this thorny subject we can not avoid to ask about the existence of criterions to gauge those states to animals. The investigations of which would be those criterions and what are their justification bases constitute the scope of this present article.

KEY WORDS: animal consciousness, self-consciousness, qualia.

“Eu acho que nós, bois, - dançador diz, com baba- assim como os cachorros, as pedras, as árvores, somos pessoas soltas, com beiradas, começo e fim. O homem, não: o homem pode se juntar com as coisas, sem encostar nelas, crescer, mudar de forma e de jeito...O homem tem partes mágicas...São as mãos...Eu sei...”

Guimarães Rosa

1 INTRODUÇÃO

A despeito da dificuldade causada pela polissemia do termo consciência, nosso objetivo neste *paper* é o de refletir sobre o problema da consciência animal. Dois sentidos de consciência têm, contudo, despertado uma maior controvérsia na discussão sobre a vida mental dos animais: os aspectos qualitativos, subjetivos da experiência animal e a autoconsciência. Nossa investigação focará, inicialmente, a consideração do primeiro sentido, também conhecido como o problema dos *qualia*, posteriormente, seguindo Dretske (1995), veremos que a consideração do segundo faz-se necessária para a compreensão do primeiro problema.

O problema da consciência animal é duplamente instigante para os filósofos. Em primeiro lugar por razões de ordem epistemológica, cujas questões podem ser assim sintetizadas:

- Quais animais além dos homens possuem consciência?
- Como é a consciência dos animais?

Considerações de ordem ética representam um segundo campo de motivação, acredita-se que somente os animais sensíveis à dor devem merecer considerações desta ordem.

Abordaremos aqui apenas as considerações de ordem epistemológica.

Estruturamos o trabalho em seções que visam cobrir algumas importantes questões sobre este tópico. Na

* Correspondência:

e-mail: max@admcc.unoeste.br

Na seqüência faremos uma breve consideração de ordem histórica, elegendo Renné Descartes como proponente de uma radical e controversa hipótese, a de que os animais não possuem consciência, pois são meras máquinas.

Na seção três, procuramos refletir sobre os critérios de aferição de consciência. Diferentemente de Descartes, que via na presença da linguagem a indicação da consciência, apontaremos com base na Biologia, que a complexidade do sistema nervoso é o critério cientificamente mais aceito.

Em seguida procuraremos, baseados na obra de Dretske (1995), “Naturalizing the mind”, expor e criticar uma elaboração mais específica a respeito da possibilidade da consciência usando a autoconsciência como critério fundamental.

2 A QUESTÃO PELA CONSCIÊNCIA ANIMAL PODE SER COLOCADA?

Quando eu ainda era uma criança e cursava o primário, certa vez perguntei a minha professora se as plantas sentiam dores. Ela me disse, sem muito pensar, que diferentemente dos homens e animais, as plantas não sentiam dores, apenas certa irritação.

Sem querer discutir aqui a acuidade e o preparo científico daquela professora de primário, podemos dizer que a resposta fornecida constitui um bom exemplo de como moldamos nossas crenças acerca da existência de mentalidade para além dos domínios humanos.

Excluindo a hipótese de que a dita professora pudesse ter feito um curso ou lido um livro sobre Psicologia Vegetal, resta-nos o problema de apurar quais critérios existem para se fornecer uma tal resposta. Critérios científicos parecem não ter sido, porque é sabido que nenhum método científico foi desenvolvido para se apurar a capacidade de sentir dor ou a intensidade de uma dor sentida.

O problema com este tipo de questão é que não temos como abordar, de maneira objetiva, algo que é pura qualidade como a dor. Este, aliás, é uma instanciação do famoso problema dos *qualia* sensoriais.

Como já dissemos em outro lugar (VICENTINI, 1999, p. 28) os *qualia* tal como pensados pela tradição filosófica são aquelas propriedades qualitativas de nossas percepções que só temos acesso por meio da introspecção. Seu caráter distintivo se revela quando apontamos as características que esta mesma tradição lhe confere:

a) acesso privado, todos os *qualia* são acessíveis apenas por aquele que o experiencia, assim, ainda que possa inferir, através de seu comportamento que seu suco de laranja está muito azedo, não tenho como acessar o “como” o azedo se apresenta para você;

b) inefabilidade, não é possível uma descrição do conteúdo da experiência qualitativa. Não dispomos de recursos para, por meio de qualquer descrição, fazer o outro compreender o que o azedo é para mim;

c) intrinsecabilidade, os *qualia* são elementares e não podem ser reduzidos a nada mais básico. Simplesmente não existem elementos que possam ser identificados na composição do gosto do azedo, ou você o sente ou não o sente;

d) acessibilidade direta ou imediata, é impossível que você se engane a respeito dos *qualia* experienciados. Ainda que se possa por meio do sufrágio geral atribua-se ao suco o sabor de doce, se você o sentiu azedo não pode ter se enganado acerca do conteúdo de sua experiência qualitativa.

Tais características, que prescrevem um caráter eminentemente subjetivo aos *qualia*, vetam qualquer possibilidade de tratamento objetivo, i.e., científico. Sendo os *qualia* um dos constituintes da consciência, podemos ter uma amostra da dificuldade de tratamento existente neste tópico. Ora, o problema sobre o qual estamos querendo refletir diz respeito à consciência animal. A primeira pergunta que devemos colocar, portanto, é a de se os animais são, de fato, conscientes. Esta pergunta outra não é que uma formulação especial do famoso problema das outras mentes, que muitos filósofos preferem ignorar¹. Talvez seja esta a melhor atitude a tomar. Em verdade, se iniciarmos uma discussão sobre o problema das outras mentes, acabaremos tendo que nos deparar com o problema da consideração da possibilidade de dois organismos serem funcionalmente indistinguíveis e ainda assim um apresentar propriedades mentais e o outro não. Um argumento, já clássico, a este respeito é o, assim chamado, argumento dos *qualia* ausentes. Como aponta Block e Fodor (1980):

“Por tudo que nós sabemos, pode ser nomologicamente possível que dois estados psicológicos sejam funcionalmente idênticos (isto é, estejam identicamente conectados com inputs, outputs e estados sucessores) mesmo se apenas um dos estados possua conteúdo qualitativo.”(BLOCK and FODOR, 1980, p. 245).

Embora Block e Fodor estivessem preocupados em avaliar o alcance das teorias funcionalistas, este argumento serve para ilustrar a dificuldade de qualquer abordagem científica a este problema, uma vez que não há diferença possível de ser verificada entre os dois organismos.

Entretanto, este tipo de argumento, parece-nos que pode ser caracterizado como um argumento do tipo cético. Isto é, por mais que nos esforcemos sempre é possível radicalizar o argumento a fim de não podermos respondê-lo. Sua principal consequência é a de desestimular qualquer pesquisa para avançar naquela área em questão. Assim, por questões pragmáticas, julgamos mais frutífero afastar este argumento de nossas considerações.

Mas quais critérios poderiam nortear nossa aceitação de que os animais também são conscientes?

3 HOMENS E ANIMAIS

Uma concordância tácita por parte dos humanos é a de se mostrarem superiores aos animais. Com raras exceções, dentre as quais São Francisco de Assis, há um consenso quase unânime sobre o fato de que as qualidades mentais que possuem tornam os humanos criaturas excepcionais e únicas. Toda mitologia cristã, por exemplo, concebe o homem como a imagem e semelhança de Deus.

É no interior desta tradição que podemos localizar a obra de René Descartes que afirma em 1637, que os animais não são mais do que máquinas, destituídos da capacidade de sensação e compreensão, tão caras aos humanos.

Descartes afirmava que por mais sofisticado que pudesse ser uma máquina, e os animais não passavam de complexos mecanismos, ainda que criados por Deus, sempre haveria uma maneira de atestar a superioridade por parte dos humanos.

Para Descartes, a distinção entre o vivo e o mecânico não tem lugar em uma Anatomia e em uma Filosofia que procedem segundo as regras da Mecânica. Somente se a redução explicativa aos elementos da matéria e movimento não desse conta do corpo vivo estaria justificada a introdução de elementos outros na ordem explicativa. Contudo, este não é o caso no pensar cartesiano. Não, ao menos, para a explicação da natureza animal. Mesmo as explicações do corpo humano reduz-se a um modelo maquinal. Na abordagem cartesiana, pode-se dizer que a Anatomia é a Geometria do ser vivo. De fato, podemos dizer, que não é o modelo maquinal, principalmente o relógio, que captura a natureza dos corpos, mas que tanto um quanto o outro não possuem uma natureza, isto é, um conjunto de propriedades específicas e inerentes a eles.

Fazendo a redução do corpo vivo, inclusive o do homem, a um instrumento mecânico, o pai da Filosofia Moderna consegue estabelecer de maneira clara, ainda que negativa, o que a alma é. Assim, ao se provar que o corpo mecânico possui em si mesmo o princípio de seu movimento a *ânima* fica liberada para assumir sua verdadeira e mais nobre função: o pensamento.

Ainda que homens e animais compartilhem de corpos que fazem todo tipo de movimento explicáveis em função do grau de complexidade da disposição de suas partes, a alma proporciona aos humanos um princípio de universalidade que os torna incomparavelmente superiores aos animais. Enquanto animais e máquinas possuem na combinação dos movimentos de suas partes um limite para sua *performance*, a dos homens é indeterminada graças à atuação do princípio de universalidade que é a alma ou razão.

Desse modo, ainda que se pudesse construir uma máquina complexa o suficiente que nos levasse a confundi-la com seres humanos à primeira vista, sempre poderíamos distingui-las através da presença ou ausência da razão. Que para Descartes não apenas é um acréscimo, mas algo completamente diferente.

“A verdadeira e até a única distinção não depende da consideração de níveis de organização mais ou menos complexas, mas da presença ou ausência, sem graus nem intermediários, da razão, da qual a palavra é um sinal, tanto quanto a manifestação.” (GUENANCIA, p. 59)

Como aponta Descartes na Obra O Discurso do Método dois meios seguros garantem-nos a distinção de animais e máquinas dos humanos:

“O primeiro é que nunca poderiam usar palavras, nem outros sinais, compondo-os, como fazemos para declarar aos outros nossos pensamentos ... e o segundo é que, embora fizessem muitas coisas tão bem, ou talvez melhor do que qualquer de nós, falhariam infalivelmente em algumas outras, pelos quais se

descobriria que não age pelo conhecimento, mas somente pela disposição de seus órgãos." (DESCARTES, p. 86)

De fato, enquanto aspiramos à divindade, nossos primos mais próximos, os macacos, são considerados bestiais. Uma situação totalmente desautorizada pelos recentes estudos em Biologia que demonstraram que, tendo carga genética como critério, somos praticamente idênticos, noventa e oito por cento de nossa herança genética é compartilhada pelos chimpanzés, por exemplo, como aponta Michael C. Corballis na obra *The lopsided ape* (1991).

Esses dados não são apresentados com a intenção de dar suporte à idéia de que não nos distinguimos de maneira especial do processo evolutivo que dotou os homens com a capacidade sem par de flexibilidade adaptativa que o permitiu se expandir por todos os ambientes do mundo. Eles são mencionados para colocar em relevo o fato de que toda a magnífica distintiva performance humana deve-se a uma diferença relativamente pequena na carga genética, bem como no processo histórico de evolução.

A idéia subjacente a este raciocínio pode ser explicitada da seguinte maneira: acredita-se que os planos para a execução de um organismo, qualquer um e todos, estejam inscritos em seus respectivos DNA, ou seja, em sua matriz genética. Portanto, parece ser uma consequência que qualquer diferença na estrutura orgânica corresponda a uma diferença nas instruções genéticas. Toda a complexidade do cérebro humano e toda sua fantástica performance parece poder ser explicada a partir de menos de 2% de sua estrutura genética.

Que comportamento fabuloso é este que distingue os homens dos animais? Como apontava Descartes (1972), toda diferença reside na universalidade da mente humana, que contém em si um princípio que lhe permite adaptar-se, moldar-se a qualquer situação. Essa plasticidade, como denominada por outros filósofos tem lugar no reino das construções simbólicas.

Portanto, parece que a característica humana que mais se ressalta em uma comparação performativa com os animais é a nossa capacidade de linguagem, especialmente seu aspecto simbólico, como já havia constatado Descartes.

A linguagem simbólica proporciona ao humano, como aponta Corballis (1991) a chave de acesso a um mundo que é só deles: o das construções mentais. Embora compartilhem, em maior ou menor grau, vários aspectos da nossa vida com os animais, a estes está completamente vedado o ingresso em nosso mundo simbólico.

4 A PERGUNTA PELOS CRITÉRIOS

Provavelmente as razões que levaram aquela professora do primário, anteriormente mencionada, a dizer que os animais sentem dor, mas as plantas não, estavam baseadas naquele que constitui o mais persuasivo critério para a existência da vida mental: o comportamento manifesto.

Contudo, ainda que persuasivo, o comportamento manifesto está longe de ser um critério conclusivo, como podemos perceber através dos intensos debates travados sobre este tópico durante as últimas décadas.

A subjetividade da consciência pode ter duas consequências: (a) negar que se pode saber se outros animais possuem consciência; (b) negar a possibilidade de conhecer o modo que os outros animais são conscientes. Negar (a), contudo, é mais forte que negar (b), pois requer que se aceite a controversa tese de que a consciência não tem qualquer efeito mensurável no comportamento.

A opinião de Dennett (1991) sobre a experiência de ver cores é bastante clara a este respeito: "*Uma vez que ambos aprendemos as palavras para cor através da apresentação de objetos coloridos e públicos, nosso comportamento verbal concordará mesmo se nós experienciamos cores subjetivas inteiramente diferentes*". (DENNETT, 1991, p. 524)

Talvez uma estratégia mais adequada fosse a de considerar o que a Biologia tem a dizer a este respeito, procurar considerar as relações que existem entre consciência, comportamento e evidências neurológicas.

No contexto das teorias biológicas podemos identificar a presença e complexidade do sistema nervoso como critério dominante. Esse critério sustenta-se sob a aplicação de uma certa leitura do evolucionismo darwiniano.

Tal qual pensada por Darwin (1859) na obra "Origem das espécies" a evolução deve ser vista como a melhor hipótese para explicar a origem das semelhanças e diferenças encontradas entre as diversas espécies hoje existentes.

A pergunta pela origem das espécies, que já havia sido colocada desde a antiguidade, e que não obstante tenha tido uma orientação de resposta próxima ao evolucionismo ao menos desde Aristóteles, como aponta Darwin no *Esboço histórico acerca do problema da origem das espécies* (DARWIN, p. 33-41) recebera majoritariamente uma resposta de acordo com a doutrina creacionista. Ou seja, Deus teria criado o universo a partir do nada, já com todas as diferentes

espécies hoje existentes e com a forma que atualmente apresentam de modo completamente independente.

A idéia revolucionária de Darwin foi a de que os diferentes tipos de organismos que existem não surgiram de maneira independente, mas são o resultado de um processo evolutivo no qual os organismos mais complexos surgem através de modificações ocorridas nos mais simples. Como afirma Darwin:

“Estou plenamente convencido de que as espécies não são imutáveis, e que aquelas pertencentes ao que chamamos de “mesmo gênero” são descendentes diretas de uma outra espécie, via de regra extinta; da mesma maneira que as variedades constatadas de uma espécie descendem de um dos tipos daquela espécie. Por fim, estou também convencido de que a seleção natural foi o principal meio de modificação, mas não o único.” (DARWIN, p. 46)

Em que, exatamente, pode a tese evolucionista de Darwin auxiliar-nos na resposta à questão colocada sobre os critérios para a consciência animal?

Acreditamos ser bastante explícita a tese de que aquelas características que surgiram com o processo evolutivo são resultados de uma maior complexidade presente na estrutura do organismo e codificado em seu material genético.

Recorramos novamente ao exemplo do chimpanzé que difere apenas 2% dos humanos a partir do ponto de vista genético. Richard Dawkins propõe :

“Que você imagine a você mesmo segurando a mão da sua mãe, e ela a da sua avó, sucessivamente numa corrente até onde você consiga ver. Ao lado dessa linha imagine uma outra, uma linha de mães e filhas chimpanzés. Se você agora se soltar da mão de sua mãe e caminhar muitas milhas entre as duas linhas, as faces dos chimpanzés e a dos humanos se tornarão mais e mais parecidas. Finalmente, sua caminhada será bloqueada por uma ancestral que será o ponto de partida das duas correntes. Se nós assumirmos três passos por geração, está será uma caminhada de aproximadamente trezentas milhas, a qual não se parece tão longa.” (apud. BOWNDS, 1999, Cap. 4)

Se olharmos ainda mais longe na história evolutiva deparamo-nos com uma certa classificação que pretende retrair o desenvolvimento da consciência do não-orgânico ao desenvolvimento da razão humana. Esta hierarquia organizacional do sistema nervoso explicaria as diferenças existentes entre as diversas espécies quanto ao fenômeno mental e inteligência.

Mas em que sentido este critério pode ser conclusivo quanto à consciência animal? Novamente estamos em face de um critério indireto e meramente indicativo, ainda que bastante claro e convincente.

Talvez uma reflexão que leve em consideração a autoconsciência possa lançar alguma luz sobre esta questão. É o que procuraremos fazer na próxima seção, para tanto, ancoraremos nossas reflexões na exposição das idéias de Dretske (1995).

5 TEORIAS DA CONSCIÊNCIA DA ALTO-NÍVEL (*HIGHER-ORDER*)

Segundo Dretske, as teorias de alto-nível dos estados da consciências são aquelas nas quais *“um estado mental (processo, atitude, atividade) é consciente somente se a pessoa (ou animal) na qual ele ocorre é (criatura) consciente dele.”* (DRETSKE, 1995, p. 105). *Pode-se distinguir, ainda, entre as teorias de pensamento de alto-nível (PAN) e de experiências de alto-nível (EAN).*

De acordo com as teorias PAN, só há consciência na medida em que o sujeito da consciência de alguma maneira acredita, sabe ou representa conceitualmente tal experiência. O autor afirma que um motorista que dirija todo ou parte de um trajeto sem atentar para o que está fazendo, agiu de maneira inconsciente.

Para as teorias EAN, mesmo que não haja qualquer tipo de representação conceitual, o que faz uma experiência consciente é o fato de existir algum tipo de sensação de alto-nível. Como aponta: *“o que faz a experiência da estrada do motorista consciente que há alguma representação sensorial de alto-nível da mesma, não necessariamente conceitual”* (DRETSKE, 1995, p. 106).

Em poucas palavras, o que distingue estas duas teorias é que PAN requer uma espécie de julgamento a respeito dos estados mentais, enquanto EAN dispensa-o. Todavia, tanto para uma quanto para outra, uma forma de autoconsciência faz-se necessária. Só há, de fato, consciência se esta estiver acompanhada de autoconsciência.

De acordo com PAN, portanto, nenhum animal, além do homem, possui consciência, para EAN, entretanto, isto é perfeitamente possível.

As teorias EAN sofrem de um sério problema, segundo Dretske (1995) para estes teóricos, a maneira que as representações de alto-nível representam as de baixo-nível se dá por meio de estados cerebrais, como bom materialista que são. Porém, eles parecem cair no mesmo erro de se considerar os livros o locus do significado só porque as palavras (símbolos significativos) estão lá. *“Experienciar símbolos significativos (i.e. ver, tocar, etc.) não é o modo de representar o seu significado (ou o fato de que eles tenham significados).”* (DRETSKE, 1995, p. 109).

Segundo Bownds (1999) as melhores evidências que dispomos sobre a autoconsciência em animais vêm dos experimentos com espelhos. Ele afirma que: *“Unicamente os chimpanzés, gorilas, orangotangos, e humanos com mais de 18 meses mostram consistentemente curiosidade sobre seus reflexos em um espelho ou se engajam em um comportamento guiado pelo espelho sem treinamento.”* (BOWNDS, 1999)

Estaríamos muitos próximos a Descartes se seguíssemos PAN, tais conseqüências parecem bastante repulsivas. Esta repulsa que é fruto de certas atitudes sustentadas por uma Psicologia Popular (Folk Psychology) muito difundida carece, todavia, de mais elementos para ser afastada. Um primeiro argumento contra esta teoria, segundo Dretske, pode ser encontrado na falta de elementos para negar uma vida experiencial tão rica quanto a nossa a bebês e animais apenas porque não dispõem de representação conceitual.

Uma outra crítica diz respeito à diferença que pode existir entre o que é visto e o que é percebido. Dretske pensa uma situação na qual uma pessoa está diante de oito árvores e, contudo, julga estar percebendo apenas sete, em outro momento, diante de oito árvores, julga estar percebendo oito. O autor afirma:

“Nenhuma diferença no que nós pensamos, mas uma diferença no que nós vemos, uma diferença, portanto, em nossa experiência consciente das cartas, árvores, ou pessoas. Sendo assim, as diferenças de consciência nas experiências não podem ser traçadas a partir das diferenças nos pensamentos de alto-nível sobre essas experiências.” (DRETSKE, 1995, p. 113)

A solução proposta por Dretske, entretanto, não nos parece satisfatória, ele diz que *“Ninguém precisa de pensamentos de alto-nível para ter experiência consciente das coisas. Tudo o que se precisa é a experiência da coisa. Estados conscientes são aqueles que nos fazem conscientes das coisas.”* (DRETSKE, 1995, p. 116).

Ficamos novamente com o problema de elaborar um critério para determinar o que é necessário e suficiente para se ter uma experiência consciente real.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho não foi outra que a de passar em revista algumas hipóteses e teorias sobre a consciência animal, não deixando de ressaltar seus principais problemas e as implicações que delas se seguem.

À guisa de conclusão podemos ressaltar que nenhum dos critérios apresentados podem conduzir-nos a uma compreensão definitiva deste elusivo fenômeno que é a consciência. Não obstante o caráter inconclusivo desta conclusão, acreditamos ter apontado alguns caminhos que valem a pena ser investigados.

As teorias que vêm na linguagem um critério distintivo da consciência parecem merecer um aprofundamento. Terrence Deacon (1998) afirma que o desenvolvimento da linguagem simbólica parece ter sido um dos motores para o desenvolvimento da complexidade mental humana. Como afirma: *“Então, num sentido muito real, eu acho que as mudanças físicas que nos tornaram humanos são as encarnações, por assim dizer, do processo de usar palavras.”* (DEACON, p. 322).

Se considerarmos, como muitos o fazem, que a consciência depende da autoconsciência, e esta é dependente do domínio da linguagem, vemos que uma investigação sobre a origem da comunicação simbólica, ou inovação semiótica, como diz Deacon, pode lançar um pouco de luz sobre este obscuro tópico que é a consciência, *tout court*, e particularmente sobre a existência ou não da consciência animal. Entretanto, este já é tema para um outro trabalho.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCK, N. & FODOR, J. What psychological states are not. In: BLOCK, N. *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge: harvard University Press, 1980, v. 1.

- BOWNDS, D. **The biology of mind: origins of mind, brain and consciousness**. Julho, 1999. <http://mind.bocklabs.wisc.edu>. (13/07/1999)
- CHANGEUX, J. P. & CONNES, A. (1989) **Matéria e pensamento**. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1995.
- CORBALIS, M. C. (1991) **The lopsided ape: evolution of the generative mind**. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- DARWIN, C. A. (1859) **Origem das espécies**. Trad. Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1985.
- DEACON, T. W. **The symbolic species: the co-evolution of language and the brain**. New York: W.W. Norton & Company, 1997.
- DENNETT, D. (1998) **Brain children** – essays on designing minds. Cambridge: A Bradford Book/MIT Press, 1998.
- DENNETT, D. (199) Quining qualia. In: LYCAN, W. **Mind and Cognition; a reader**. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.
- DESCARTES, R. **O Discurso do método**. Trad. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Ed. Abril, 1973.
- DRETSKE, F. (1995) **Naturalizing the mind**. Cambridge / London: Bradford Book/MIT Press, 1995.
- GUENANCIA, P. (1986) **Descartes**. Trad. Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1991.
- NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: : BLOCK, N. **Readings in philosophy of psychology**. Cambridge: harvard University Press, 1980, v. 1.
- VICENTINI, M. R. (1999) **Como percebemos o mundo que nos cerca?** Bauru: Edusc, 1999.

NOTAS

1 - Tanto Nagel (1978) quanto Dennett (1998) assumem sem discussão que os animais são de alguma forma conscientes. Como diz Dennett: “À primeira vista pode parecer óbvio que nós podemos confiantemente ignorar o problema filosófico das outras mentes nessa instância , e assumir, sem controvérsias, que aquelas abutres se dirigem ao cheiro da carniça.” (DENNETT, 1998, p. 341).

